

# SUMÁRIO

## Capítulo I

<b><i>Histórico do Direito do Trabalho</i></b> .....	<b>33</b>
<b>1. Surgimento e histórico do direito do trabalho</b> .....	<b>33</b>
<b>2. Histórico do Direito do Trabalho no mundo</b> .....	<b>34</b>
2.1. Formação do Direito do Trabalho .....	34
2.2. Sistematização e consolidação do Direito do Trabalho .....	35
2.3. Institucionalização do Direito do Trabalho .....	35
2.4. Crise e transição do Direito do Trabalho .....	36
<b>3. Origem e evolução do Direito do Trabalho no Brasil</b> .....	<b>38</b>
3.1. Manifestações incipientes ou esparsas (1888-1930) .....	38
3.2. Institucionalização do Direito do Trabalho no Brasil (1930-1945) .....	39
3.3. Manutenção do modelo corporativista (1945 a 1988) .....	40
3.4. Transição democrática do Direito do Trabalho brasileiro .....	41
3.4.1. Flexibilização das normas trabalhistas e a Reforma Trabalhista .....	41
3.4.2. Reforma trabalhista e direito intertemporal .....	42
3.4.3. Recentes alterações legislativas e jurisprudenciais e seus impactos nas relações de trabalho .....	46
<b>4. Evolução das Constituições brasileiras</b> .....	<b>52</b>
4.1. Constituição de 1824 .....	52
4.2. Constituição de 1891 .....	53
4.3. Constituição de 1934 .....	53
4.4. Constituição de 1937 .....	53
4.5. Constituição de 1946 .....	54
4.6. Constituição de 1967 e Emenda Constitucional nº 1/1969 .....	55
4.7. Constituição Federal de 1988 .....	55

**Capítulo II**

<b>Introdução ao direito do trabalho .....</b>	<b>59</b>
<b>1. Fontes do direito do trabalho .....</b>	<b>59</b>
1.1. Fontes materiais .....	59
1.2. Fontes formais .....	60
1.2.1. Fontes formais autônomas .....	60
1.2.2. Fontes formais heterônomas .....	61
1.2.3. Hierarquia das fontes formais .....	63
1.2.4. Conflito entre fontes formais .....	64
<b>2. Integração .....</b>	<b>65</b>
<b>3. Princípios do Direito do Trabalho .....</b>	<b>67</b>
3.1. Princípio da proteção ao trabalhador .....	69
3.1.1. In dubio pro operario .....	70
3.1.2. Norma mais favorável .....	70
3.1.3. Condição mais benéfica .....	71
3.2. Princípio da imperatividade das normas trabalhistas .....	73
3.3. Princípio da primazia da realidade .....	73
3.4. Princípio da inalterabilidade contratual lesiva ao empregado .....	74
3.5. Princípio da continuidade da relação de emprego .....	74
3.6. Princípio da irrenunciabilidade ou indisponibilidade dos direitos trabalhistas .....	74
<b>4. Flexibilização do Direito do Trabalho .....</b>	<b>76</b>
4.1. Hipóteses de flexibilização .....	77
4.2. Hipóteses em que não se admite flexibilização das normas trabalhistas .....	79
<b>5. Renúncia e transação .....</b>	<b>83</b>
<b>6. Comissão de Conciliação Prévia (artigos 625-A até 625-H da CLT) .....</b>	<b>87</b>
6.1. Composição da Comissão de Conciliação Prévia criada em âmbito da empresa .....	88
6.2. Necessidade de submeter a demanda à Comissão de Conciliação Prévia .....	89
6.3. Consequências da conciliação firmada perante a CCP .....	90

**Capítulo III**

<b>Sujeitos da relação de trabalho .....</b>	<b>93</b>
<b>1. Empregado .....</b>	<b>93</b>

---

1.1.	Requisitos da relação empregatícia .....	94
1.1.1	Reconhecimento do vínculo de emprego pelo Auditor-Fiscal do Trabalho .....	98
1.1.2.	Empregado "hipersuficiente" (Reforma Trabalhista) .....	99
1.2.	Elementos não essenciais à configuração da relação de emprego .....	101
1.2.1.	Exclusividade .....	101
1.2.2.	Local da prestação de serviços e Teletrabalho (Reforma Trabalhista) .....	101
1.2.3.	Profissionalidade .....	102
<b>2.</b>	<b>Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS .....</b>	<b>103</b>
2.1	Carteira de Trabalho Digital .....	103
2.2	Informações obrigatórias na CTPS .....	104
2.3	Valor das anotações da CTPS .....	105
2.4	Anotação em CTPS .....	106
2.4.1	Apresentação da CTPS .....	107
2.4.2	Registros eletrônicos equivalentes às anotações .....	107
2.4.3	Prazo para acesso às informações de anotação .....	107
2.4.4	Multa pelo descumprimento do dever de anotação .....	108
2.4.5	Vedação de anotações desabonadoras .....	108
2.5.	Registro de empregados .....	110
2.5.1.	Multa administrativa por ausência do registro de empregados (Reforma Trabalhista) .....	111
2.5.2.	Multa decorrente de informações incompletas no registro de empregados (Reforma Trabalhista) .....	113
2.6.	Contratação do empregado: exigência de experiência prévia (art. 442-A da CLT) e de certidão negativa de antecedentes criminais .....	114
<b>3.</b>	<b>Relações empregatícias especiais .....</b>	<b>116</b>
3.1.	Empregado rural .....	116
3.1.1.	Identificação da figura do empregado e empregador rural .....	117
3.1.2.	Peculiaridades dos empregados rurais .....	119
3.1.3.	Contrato temporário rural (art. 14-A da Lei nº 5889/73) .....	121
3.2.	Empregado doméstico .....	122
3.2.1.	Direitos constitucionais assegurados ao empregado doméstico .....	126
3.2.2.	Regulamentação dos direitos constitucionais assegurados aos domésticos – Lei Complementar nº 150/2015 .....	128

3.2.2.1.	Jornada de trabalho e compensação .....	129
3.2.2.2.	Trabalho em regime de tempo parcial .....	131
3.2.2.3.	Períodos de descanso .....	132
3.2.2.4.	Contrato individual de trabalho .....	135
3.2.2.5.	Remuneração .....	138
3.2.2.6.	Proteção do trabalho da mulher .....	139
3.2.2.7.	FGTS .....	140
3.2.2.8.	Seguro-desemprego .....	143
3.2.2.9.	Aviso-prévio .....	144
3.2.2.10.	Término do contrato de trabalho .....	145
3.2.2.11.	Papel da fiscalização do Trabalho .....	148
3.3.	Proteção do trabalho do Adolescente .....	155
3.3.1.	Jornada de trabalho do adolescente .....	158
3.3.2.	Prestação de serviços em locais prejudiciais à moralidade do adolescente .....	159
3.3.2.1.	Dos direitos de profissionalização e à proteção do trabalho. Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90 e alterações) .....	161
3.3.3.	Do papel dos representantes legais do adolescente .....	161
3.3.4.	Das férias .....	162
3.3.5.	Do salário .....	163
3.3.6.	Da prescrição .....	163
3.3.7.	Meio Ambiente de Trabalho .....	164
3.4.	Aprendiz .....	165
3.4.1.	Contrato de trabalho especial .....	166
3.4.2.	Prazo para o contrato de aprendizagem .....	167
3.4.3.	FGTS .....	167
3.4.4.	Obrigatoriedade na contratação de aprendizes .....	167
3.4.5.	Jornada de trabalho do aprendiz .....	168
3.4.6.	Vínculo empregatício do aprendiz .....	169
3.4.7.	Extinção do contrato de aprendizagem .....	170
3.5.	Proteção do trabalho da Mulher .....	171
3.5.1.	Igualdade salarial (Lei nº 14.611/23) .....	171
3.5.2.	Proteção à maternidade .....	174
3.5.2.1.	Intervalos para amamentação (Reforma Trabalhista) .....	176
3.5.2.2.	Licença-maternidade .....	178

	3.5.2.2.1	Data de início da licença-maternidade (ADI nº 6327/DF) .....	182
	3.5.2.2.2	Licença-maternidade da mãe não gestante (Tema 1072 da repercussão geral) .....	184
	3.5.2.2.3	Tema correlato: Licença-paternidade (ADO nº 20/DF) .....	185
	3.5.2.3.	Estabilidade da gestante .....	186
	3.5.2.3.1	Estabilidade da gestante em contratos por prazo determinado .....	187
	3.5.2.3.2	Ausência de estabilidade da trabalhadora temporária .....	188
	3.5.2.3.3.	Estabilidade e licença-maternidade no setor público (Tema 542 de Repercussão Geral do STF) .....	189
	3.5.2.3.4	Efeitos da dispensa da gestante ...	192
3.5.3		Programa Emprega + Mulheres (Lei nº 14.457/2022) .....	194
	3.5.3.1.	Do apoio à parentalidade na primeira infância .....	194
	3.5.3.1.1.	Reembolso-Creche .....	194
	3.5.3.1.2.	Da Manutenção ou subvenção de instituições de educação infantil pelos serviços sociais autônomos .....	195
	3.5.3.2.	Do apoio à parentalidade por meio da flexibilização do regime de trabalho .....	195
	3.5.3.3.	Das medidas para qualificação de mulheres .	195
	3.5.3.4.	Do apoio ao retorno ao trabalho após o término da licença-maternidade .....	196
	3.5.3.4.1.	Da suspensão do contrato de trabalho de pais empregados .....	196
	3.5.3.4.2.	Das alterações no Programa Empresa Cidadã .....	196
	3.5.3.5.	Das medidas de prevenção e de combate ao assédio sexual e a outras formas de violência no âmbito do trabalho .....	197
	3.5.3.6.	Do Selo Emprega + Mulher .....	198
	3.5.3.7.	Alterações na CLT .....	198
3.5.4.		Meio ambiente de trabalho .....	199
	3.5.4.1.	Afastamento de gestantes e lactantes de atividades insalubres (Reforma Trabalhista) .....	200

3.5.4.1.1.	Tempo de afastamento duração da lactação .....	204
3.5.4.1.2.	Salário-maternidade estendido ....	206
3.5.4.1.3.	Afastamento de gestantes durante a pandemia de COVID-19 (Lei nº 14.151/2021, alterada pela Lei 14.311/2022) .....	207
3.5.4.1.4.	Afastamento de gestantes e da lactante de atividades perigosas e penosas .....	207
3.6.	Mãe Social .....	209
3.7.	Proteção do Trabalho da Pessoa com Deficiência .....	211
3.7.1.	Quem é a pessoa com deficiência? .....	212
3.7.2.	As cotas para pessoas com deficiência e reabilitados (art. 93 da Lei nº 8.213/1991) .....	213
3.7.2.1.	Base de cálculo e composição efetiva da cota de pessoas com deficiência e reabilitados .....	214
3.7.2.1.1.	Trabalhadores intermitentes e a cota legal de pessoas com deficiência e reabilitados .....	216
3.7.2.2.	Flexibilização da cota de pessoas com deficiência e reabilitados .....	217
3.7.2.3.	Descumprimento da cota legal e o dano moral coletivo .....	218
3.7.2.3.1.	O TST e a inaplicabilidade de multa ou dano moral coletivo em caso de comprovado esforço para o cumprimento da cota de pessoas com deficiência e reabilitados .....	219
3.7.3.	Término do contrato de trabalho da pessoa com deficiência .....	220
<b>4.</b>	<b>Criminalização da homotransfobia (MI 4733/DF e ADO 26/DF) .....</b>	<b>220</b>
4.1.	Repercussões no Direito do Trabalho .....	222
4.1.1.	Atuação do MPT e da coordigualdade .....	223
4.2.	Instalações sanitárias e pessoas trans .....	224
<b>5.</b>	<b>Relações de trabalho que não configuram vínculo empregatício .....</b>	<b>225</b>
5.1.	Trabalhador autônomo e a Reforma Trabalhista .....	226
5.1.1.	Outras formas de contratação do trabalho humano além da CLT .....	228

---

5.2.	Trabalhador eventual .....	230
5.3.	Trabalhador avulso .....	231
5.4.	Trabalhador voluntário .....	231
5.5.	Cooperado .....	232
5.6.	Estagiário .....	235
5.6.1.	Introdução .....	235
5.6.2.	Alterações da Lei nº 11.788/2008 (Lei do Estágio) .....	236
5.6.3.	Conceito de estágio .....	236
5.6.4.	Requisitos para existência do estágio regular .....	237
5.6.5.	Agentes de integração .....	237
5.6.6.	Partes envolvidas no estágio .....	238
5.6.6.1.	Instituição de ensino .....	238
5.6.6.2.	Parte concedente .....	239
5.6.6.3.	Estagiário .....	239
5.6.7.	Fraude no estágio .....	242
<b>6.</b>	<b>Empregador .....</b>	<b>244</b>
6.1.	Grupo econômico .....	245
6.1.1.	Grupo econômico por subordinação e coordenação (Reforma Trabalhista) .....	246
6.1.2.	Consequências jurídicas do reconhecimento do grupo econômico .....	247
6.2.	Sucessão de empresas .....	250
6.2.1.	Responsabilidade do sucessor (Reforma Trabalhista) .....	251
6.2.2.	Sucessão em grupo econômico .....	252
6.3.	Sócio retirante (Reforma Trabalhista) .....	254
6.3.1.	Responsabilidade do sócio retirante .....	254
6.4.	Poderes do empregador .....	255
6.4.1.	Poder de organização .....	256
6.4.1.1.	Uso de logomarcas em uniformes (Reforma Trabalhista) .....	257
6.4.1.2.	Quando o empregador deve fundamentar suas decisões? .....	258
6.4.2.	Poder de controle .....	262
6.4.2.1.	Limitação do uso de banheiros .....	262
6.4.2.2.	Correio eletrônico .....	263
6.4.2.3.	Revistas íntimas .....	264
6.4.2.4.	Revistas pessoais .....	265
6.4.2.5.	Fiscalização por câmeras .....	266
6.4.2.6.	Uso de polígrafo (detector de mentiras) .....	267

6.4.2.7	Programas espões de controle de atividade ...	267
6.4.2.8	Restrições ao porte e uso do celular .....	268
6.4.2.9	Exigência de apresentação ao serviço com cabelo e barba aparados .....	270
6.4.3.	Poder disciplinar .....	270
6.4.4.	Reintegração .....	272
6.4.4.1.	Estáveiseempregadoscomgarantiaprovisória de emprego .....	273
6.4.4.2.	Dispensa discriminatória (súmula 443 do TST) .....	275
6.4.4.3.	Dispensa por motivo de saúde (suspensão do contrato de trabalho) .....	276
<b>7.</b>	<b>Terceirização .....</b>	<b>277</b>
7.1.	Introdução .....	277
7.2.	Terceirização das atividades-fim da empresa contratante e requisitos para a terceirização lícita (Reforma Trabalhista) .....	280
7.2.1.	Súmula nº 331 do TST .....	281
7.2.2.	Regulamentação pela Lei nº 13.429/2017 (31/03/2017) .....	282
7.2.3.	Reforma Trabalhista – Lei nº 13.467/2017 .....	282
7.2.3.1.	Decisões vinculantes do STF sobre a tercei- rização da atividade-fim (ADPF 324/DF e RE 958.252/MG – paradigma do Tema 725) .....	283
7.2.4.	Direito intertemporal .....	284
7.2.5.	Requisitos para terceirização lícita e a capacidade eco- nômica da empresa prestadora de serviços .....	285
7.2.6.	Outras formas de contratação do trabalho humano: reinterpretação dos precedentes da terceirização da atividade-fim (ADPF 324/DF e RE 958.252/MG – pa- radigma do Tema 725), da prestação de serviços de transporte rodoviário (ADC 48/DF e ADI 3.961/DF) e de profissionais da beleza (ADI 5.625/DF) .....	286
7.2.7.	Críticas ao posicionamento do STF sobre a constitu- cionalidade de qualquer forma de contratação distinta da CLT .....	288
7.3.	Requisitos para funcionamento da empresa de prestação de serviços a terceiros .....	290
7.4.	Requisitos do contrato de terceirização .....	291
7.5.	Responsabilidade da tomadora .....	291
7.6.	Condições de trabalho (Reforma Trabalhista) .....	292
7.6.1.	Salário equivalente .....	293

7.7.	“Quarentena” e reforma trabalhista .....	294
7.7.1.	Período de quarentena da empresa prestadora de serviços a terceiros .....	294
7.7.2.	Período de quarentena do empregado terceirizado .....	295
7.8.	Terceirização na Administração Pública .....	296
7.8.1.	Fraude na terceirização da Administração Pública .....	296
7.8.2.	Responsabilidade da Administração Pública pelo inadimplemento das obrigações trabalhistas .....	297
7.8.2.1.	Responsabilidade da Administração Pública na terceirização antes da Nova Lei de Licitações e Contratos .....	297
7.8.2.2.	Nova Lei de Licitações e Contratos: Responsabilidade da Administração Pública na terceirização .....	297
7.8.3.	Organizações sociais .....	299
8.	<b>Dono da obra e subempreitada .....</b>	<b>300</b>
9.	<b>Trabalho temporário .....</b>	<b>303</b>
9.1.	Conceito de trabalho temporário e hipóteses de contratação .....	304
9.2.	Prazo do trabalho temporário .....	305
<b>Capítulo IV</b>		
<b>Contrato individual de trabalho .....</b>		<b>307</b>
1.	<b>Terminologia: relação de trabalho x relação de emprego .....</b>	<b>307</b>
2.	<b>Características do contrato de trabalho .....</b>	<b>310</b>
3.	<b>Elementos do contrato de trabalho .....</b>	<b>311</b>
3.1.	Nulidades do contrato de trabalho .....	313
3.1.1.	Trabalho proibido .....	313
3.1.2.	Trabalho ilícito .....	314
3.2.	Lei Geral de Proteção de Dados nas relações de trabalho .....	315
4.	<b>Classificação dos contratos de trabalho .....</b>	<b>316</b>
4.1.	Contrato por prazo determinado .....	316
4.2.	Hipóteses previstas na CLT .....	317
4.3.	Estabilidade no curso do contrato a prazo determinado .....	318
4.4.	Nova contratação .....	319
4.5.	Término do contrato por prazo determinado .....	320
4.6.	Contrato por prazo determinado – Lei nº 9.601/98 .....	323
4.6.1.	Características .....	323

4.7.	Trabalho intermitente (Reforma Trabalhista) .....	324
4.7.1	Exclusão dos aeronautas e questão das categorias diferenciadas .....	325
4.8.	Regulamentação do trabalho intermitente .....	326
4.8.1.	Normas ligadas à convocação do trabalhador .....	328
4.8.2.	Multa por descumprimento do acordado .....	329
4.8.3.	Direitos do empregado em trabalho intermitente .....	330
4.8.4.	Acordo individual entre empregado e empregador .....	332
<b>5.</b>	<b>Alteração do contrato de trabalho .....</b>	<b>333</b>
5.1	<i>Jus variandi</i> – Alteração unilateral do contrato de trabalho .....	334
5.2.	Reversão .....	336
5.3.	Reversão e gratificação de função (Reforma Trabalhista) .....	337
5.3.1	Limites à supressão de gratificação de função .....	339
5.4.	Transferência de empregados .....	340
<b>6.</b>	<b>Suspensão e interrupção .....</b>	<b>342</b>
6.1.	Hipóteses de interrupção .....	343
6.2.	Hipóteses de suspensão .....	346
6.3.	Casos controvertidos .....	349
6.4.	Suspensão temporária do contrato de trabalho durante a pandemia de coronavírus (Lei nº 14.020/2020 e MP 1.045/2021, rejeitada) e legislação de exceção .....	353

## Capítulo V

### **Duração do trabalho .....**

<b>1.</b>	<b>Duração do trabalho .....</b>	<b>355</b>
1.1.	Introdução: limitação da jornada, tempo à disposição e controle de ponto .....	355
1.1.1.	Tempo à disposição do empregador .....	356
1.1.2.	Controle de jornada e registro de ponto .....	358
1.1.3.	Cartões britânicos .....	361
1.1.4.	Registro de ponto por exceção .....	361
1.2.	<i>Horas in itinere</i> (Reforma Trabalhista) .....	362
1.2.1.	Direito intertemporal. Situação dos empregados que já recebiam as horas <i>in itinere</i> .....	363
1.3.	Sobreaviso e prontidão .....	365
1.4.	Empregados não submetidos à limitação da jornada .....	367
1.4.1.	Gerentes com poderes de gestão .....	367
1.4.2.	Atividade externa .....	368

---

1.4.3.	Motoristas profissionais .....	368
1.4.3.1.	Jornada de trabalho do motorista profissional .....	372
1.4.3.2.	Tempo de espera do motorista .....	374
1.4.3.2.1.	Tempo de espera do motorista antes da ADI 5322 .....	374
1.4.3.2.2.	Tempo de espera do motorista depois da ADI 5322 .....	375
1.4.3.3.	Períodos de descanso do motorista .....	375
1.4.3.4.	Períodos de descanso do motorista antes da ADI .....	376
1.4.3.4.1.	Períodos de descanso do motorista depois da ADI .....	377
1.4.3.5.	Modulação de efeitos da Decisão .....	378
1.4.3.6.	O que mudou com a ADI 5322? .....	379
1.4.4.	Teletrabalho ou trabalho remoto .....	383
1.4.4.1.	Caracterização do teletrabalho .....	385
1.4.4.1.1.	Caracterização do teletrabalho pela Reforma Trabalhista .....	385
1.4.4.1.2.	Caracterização do teletrabalho pela Lei nº 14.442/2022 .....	385
1.4.4.2.	Solenidade para o teletrabalho .....	386
1.4.4.2.1.	Solenidade para o teletrabalho na Reforma Trabalhista .....	386
1.4.4.2.2.	Solenidade para o teletrabalho na Lei nº 14.442/2022 .....	387
1.4.4.3.	Alteração do regime presencial para teletrabalho .....	387
1.4.4.4.	Alteração do regime de teletrabalho para o presencial .....	388
1.4.4.5.	Responsabilidade pela aquisição de equipamentos e infraestrutura necessária ao trabalho remoto .....	388
1.4.4.6.	Meio ambiente do trabalho no regime de teletrabalho .....	389
1.4.4.7.	Outras novidades trazidas pela Lei nº 14.442/2022 .....	390
1.4.4.7.1.	Controle de jornada do teletrabalho (Lei nº 14.442/2022) .....	390

1.4.4.7.2.	Possibilidade de adoção do teletrabalho para estagiários e aprendizes (Lei nº 14.442/2022) .....	391
1.4.4.7.3.	Eficácia espacial da norma trabalhista ao teletrabalhador (Lei nº 14.442/2022) .....	391
1.4.4.7.4.	Priorização de vagas de teletrabalho (Lei nº 14.442/2022) .....	393
1.5.	Regime de tempo parcial (Reforma Trabalhista) (art. 58-A da CLT) ....	394
1.6.	Turnos ininterruptos de revezamento .....	396
1.7.	Trabalho noturno .....	399
1.7.1.	Horários mistos .....	400
1.7.2.	Prorrogação do horário noturno .....	400
<b>2.</b>	<b>Trabalho extraordinário (reforma trabalhista): hipóteses de prorrogação .....</b>	<b>401</b>
2.1	Limite de tolerância (Reforma Trabalhista) .....	402
2.1.1.	Limite de tolerância no intervalo intrajornada .....	403
2.2.	Acordo de prorrogação (Reforma Trabalhista) .....	403
2.3.	Compensação (Reforma Trabalhista) .....	404
2.3.1.	Não atendimento das exigências legais para a compensação de jornada .....	405
2.3.2.	Banco de horas (Reforma Trabalhista) .....	406
2.3.3.	Prorrogação de jornada em atividade insalubre (Reforma Trabalhista) .....	407
2.3.3.1.	Jornada de trabalho 12 x 36 e atividades insalubres .....	408
2.4.	Jornada 12 x 36 (Reforma Trabalhista) .....	409
2.4.1.	Intervalo intrajornada em jornada 12 x 36 .....	410
2.4.2.	Trabalho no DSR e feriados .....	411
2.4.3.	Trabalho noturno em jornada 12 x 36 .....	411
2.5.	Prorrogação por necessidade imperiosa (Reforma Trabalhista) .....	413
2.5.1.	Força maior .....	414
2.5.2.	Conclusão de serviços inadiáveis ou cuja inexecução possa acarretar prejuízos .....	415
2.6.	Recuperação de horas .....	415
<b>3.</b>	<b>Período de descanso .....</b>	<b>417</b>
3.1.	Intervalos .....	417
3.1.1.	Intervalo intrajornada .....	418

---

3.1.1.1.	Redução e fracionamento do intervalo intrajornada (Reforma Trabalhista) .....	419
3.1.1.2.	Consequências da supressão ou redução do intervalo intrajornada (Reforma Trabalhista) ....	422
3.1.1.3.	Intervalos remunerados .....	423
3.1.2.	Intervalo interjornada .....	428
3.2.	DSR – Descanso semanal remunerado e feriado (Lei nº 605/49) .....	430
3.2.1	Trabalho no DSR e feriados .....	431
3.2.1.1.	Autorização para o trabalho em domingos e feriados em atividades em geral .....	433
3.2.1.2	Trabalho em domingos e feriados no comércio em geral .....	434
3.2.2	Escala de revezamento quinzenal para empregadas mulheres .....	435
3.2.3.	Consequências do trabalho no DSR .....	436
3.2.4.	Remuneração do DSR .....	437
3.2.4.1.	Integração do adicional de horas extras no DSR e a alteração da OJ nº 394 da SDI-I do TST .....	438
3.3.	Feriados .....	440
3.4.	Férias .....	441
3.4.1.	Introdução .....	442
3.4.2.	Período aquisitivo .....	442
3.4.3.	Duração do período de férias .....	442
3.4.4.	Perda do direito de férias .....	444
3.4.5.	Período concessivo .....	444
3.4.6.	Fracionamento de férias individuais (Reforma Trabalhista) .....	445
3.4.6.1.	Empregados com menos de 18 anos e mais de 50 anos .....	446
3.4.7.	Remuneração das férias .....	447
3.4.8.	Abono pecuniário de férias .....	448
3.4.9.	Férias concedidas após o período concessivo .....	450
3.4.9.1.	ADPF nº 501/SC: Inconstitucionalidade da Súmula nº 450 do TST .....	450
3.4.10.	Término do contrato de trabalho e pagamento das férias proporcionais .....	452
3.4.11.	Prescrição .....	454
3.4.12.	Férias coletivas .....	455

**Capítulo VI**

<b>Remuneração</b> .....	<b>457</b>
<b>1. Salário e remuneração</b> .....	<b>457</b>
1.1. Gorjetas .....	457
1.1.1. Modificações legislativas das gorjetas nos últimos anos .	458
1.1.2. Gueltas .....	458
1.2. Salário-mínimo, salário profissional, piso salarial e salário norma- tivo .....	459
1.2.1. Salários profissionais e normativos .....	461
1.3. Salário complessivo .....	462
<b>2. Parcelas salariais (Reforma Trabalhista)</b> .....	<b>463</b>
2.1. Comissões e percentagens .....	465
2.1.1. Época do pagamento das comissões e percentagens .....	466
2.2. Gratificações (Reforma Trabalhista) .....	467
2.3. Décimo terceiro salário .....	470
2.3.1. Décimo terceiro salário proporcional .....	472
2.4. Outras parcelas salariais .....	472
2.5. Adicionais salariais .....	473
2.5.1. Adicional de hora extraordinário .....	474
2.5.1.1. Introdução .....	474
2.5.1.2. Elevação do divisor do salário-hora por ins- trumento coletivo de trabalho .....	477
2.5.2. Adicional noturno .....	478
2.5.3. Adicional de transferência .....	479
2.5.4. Adicional de periculosidade .....	481
2.5.4.1. Atividades perigosas .....	481
2.5.4.2. Base de cálculo .....	484
2.5.4.3. Necessidade de perícia .....	485
2.5.4.4. Cumulação do adicional de periculosidade ....	486
2.5.4.5. Da flexibilização do adicional de periculosi- dade .....	488
2.5.5. Adicional de insalubridade .....	489
2.5.5.1. Base de cálculo .....	491
2.5.5.2. Enquadramento do grau de insalubridade (Reforma Trabalhista) .....	493
2.5.5.3. Reflexo nas demais parcelas .....	494
2.5.5.4. Ambientes insalubres e horas extras .....	495
2.5.5.5. Fornecimento de EPI e Ambiente de traba- lho .....	496

2.5.5.6.	Afastamento de gestante e lactante de atividades insalubres (Reforma Trabalhista) .....	497
2.5.6.	Adicional de penosidade (ADO nº 74/DF) .....	498
<b>3.</b>	<b>Parcelas sem natureza salarial .....</b>	<b>500</b>
3.1.	Participação nos lucros e resultados – PLR .....	500
3.2.	Ajuda de custo .....	501
3.3.	Diárias para viagem (Reforma Trabalhista) .....	502
3.4.	Vale-transporte .....	502
3.5.	Salário-família .....	503
3.5.1.	Carência .....	504
3.5.2.	Valor do benefício .....	504
3.5.3.	Cessação do benefício .....	505
3.6.	PIS/PASEP .....	506
3.7.	<i>Stock option</i> .....	507
3.8.	Abonos (Reforma Trabalhista) .....	507
3.9.	Pr�mios (Reforma Trabalhista) .....	508
3.10.	Auxílio-alimenta�o (Reforma Trabalhista) .....	509
<b>4.</b>	<b>Salário-utilidade ou salário in natura .....</b>	<b>510</b>
4.1.	Natureza jurídica da utilidade .....	512
<b>5.</b>	<b>Da forma, do tempo e do local do pagamento .....</b>	<b>515</b>
<b>6.</b>	<b>Garantias de prote�o ao salário .....</b>	<b>517</b>
6.1	Irredutibilidade salarial .....	518
6.1.1.	Redu�o proporcional dos salários e de jornada durante a pandemia de coronavírus (Lei n� 14.020/2020 e MP n� 1.045/2021) .....	518
6.2	Intangibilidade salarial .....	521
6.3	Veda�o ao <i>truck system</i> .....	523
6.4	Pagamento na primeira audiência judicial .....	523
6.5	Prote�o em face dos credores .....	524
<b>7.</b>	<b>Equipara�o salarial (Reforma Trabalhista) .....</b>	<b>525</b>
7.1.	Requisitos da equipara�o salarial .....	526
7.1.1.	Identidade de empregadores .....	527
7.1.2.	Trabalho no mesmo estabelecimento do empregador .....	527
7.1.3.	Identidade de fun�es .....	528
7.1.4.	Trabalho de igual valor .....	529
7.1.5.	Diferença de tempo de serviço de, no máximo, 4 anos e na mesma fun�o de, no máximo, 2 anos .....	529

7.1.6.	Inexistência de quadro de carreira ou de plano de cargos e salários .....	530
7.1.6.1.	Critérios de promoção por antiguidade e merecimento .....	531
7.2.	Trabalhador readaptado .....	532
7.3.	Equiparação salarial na Administração Pública .....	533
7.4.	Equiparação salarial em cadeia .....	534
7.5.	Multa por conduta discriminatória .....	536
7.6.	Equiparação por equivalência e salário-substituição .....	538
<b>8.</b>	<b>Acúmulo de função e desvio de função .....</b>	<b>539</b>
8.1.	Acúmulo de função .....	540
8.2.	Desvio de função .....	542
8.3.	Semelhanças e diferenças entre o acúmulo de função e o desvio de função .....	544
<b>Capítulo VII</b>		
<b>Estabilidade e FGTS .....</b>		<b>547</b>
1.	Introdução .....	547
2.	Proibição da dispensa arbitrária e posicionamento do STF sobre a convenção 158 da OIT .....	548
2.1.	Causa justificada e justa causa .....	548
2.2.	Procedimento prévio ao término do contrato de trabalho .....	549
2.3.	Julgamento das ADI 1625 e ADC 39 .....	550
3.	Estabilidade por tempo de serviço .....	552
4.	Garantias provisórias de emprego ou estabilidades provisórias .....	553
4.1.	Dirigente sindical .....	553
4.2.	Empregada gestante .....	557
4.3.	Empregado representante da CIPA .....	557
4.4.	Empregado acidentado .....	559
4.5.	Empregado membro da Comissão de Conciliação Prévia – CCP .....	561
4.6.	Representante dos empregados (Reforma Trabalhista) .....	561
4.7.	Outras hipóteses .....	562
4.7.1.	Membros do Conselho Nacional da Previdência Social ...	562
4.7.2.	Membros do conselho curador do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS .....	562
4.7.3.	Empregados eleitos diretores de sociedades cooperativas .....	562

4.7.4.	Empregado público .....	562
4.7.4.1.	Dispensa sem justa causa do empregado público e necessidade de motivação (Tema 1022 de Repercussão Geral do STF) .....	564
<b>5.</b>	<b>Fundo de garantia por tempo de serviço – FGTS .....</b>	<b>566</b>
5.1.	Introdução .....	566
5.2.	Órgãos de administração, gestão e operação do FGTS .....	567
5.3.	Trabalhadores com direito ao FGTS .....	568
5.4.	Alíquotas e depósitos .....	570
5.4.1.	Correção monetária dos depósitos nas contas vinculadas do FGTS (ADI 5090/DF) .....	572
5.5.	Hipóteses de saque dos depósitos .....	573
5.5.1	A Lei nº 13.932/2019 e o saque-aniversário .....	575
5.5.2	Indenização sobre o FGTS .....	576
5.6.	Prescrição .....	576

## **Capítulo VIII**

### ***Segurança e medicina do trabalho (Meio ambiente de trabalho), dano nas relações de trabalho e indenizações .....*** **579**

<b>1.</b>	<b>Segurança e medicina do trabalho (meio ambiente de trabalho) .....</b>	<b>579</b>
1.1.	Introdução .....	579
1.2.	Deveres do empregador .....	581
1.3.	Deveres do empregado .....	582
1.4.	Do papel do Ministério do Trabalho e Emprego .....	583
1.5.	CIPA – Comissão Interna de Prevenção de Acidentes e Assédio .....	585
1.5.1.	Objetivos e atribuições da CIPA .....	585
1.5.2.	Constituição e organização da CIPA .....	587
1.5.3.	Mandato e estabilidade .....	589
1.6.	Da competência para apreciar e julgar questões ligadas ao ambiente de trabalho .....	591
<b>2.</b>	<b>Dano moral na relação de trabalho e indenizações .....</b>	<b>592</b>
2.1.	Introdução .....	592
2.2.	Dano material ou patrimonial .....	592
2.3.	Dano extrapatrimonial ou moral (Reforma Trabalhista) .....	593
2.3.1	Regulamentação do dano extrapatrimonial .....	593
2.3.2.	Arbitramento do dano moral .....	595

2.3.2.1.	Da inconstitucionalidade do dispositivo (ADI 6050 – interpretação conforme a Constituição) .....	600
2.4.	Dano estético .....	600
2.5.	Dano moral coletivo .....	601
2.6.	Assédio nas relações de trabalho .....	602
2.6.1.	Assédio moral .....	603
2.6.2.	Assédio eleitoral .....	604
2.6.3.	Assédio sexual .....	605
2.6.3.1.	Do papel da CIPA no combate ao assédio sexual e outras formas de violência .....	606
2.6.4.	Assédio processual .....	608
2.7.	Competência para julgar ações envolvendo dano moral .....	609
<b>3.</b>	<b>Responsabilidade civil decorrente de acidentes do trabalho .....</b>	<b>609</b>
3.1.	Acidente de trabalho .....	609
3.1.1.	Acidente de trabalho típico .....	610
3.1.2.	Acidente de trabalho equiparado .....	611
3.1.3.	Doença ocupacional e COVID-19 .....	614
3.2.	Nexo de causalidade .....	615
3.3.	Responsabilidade civil subjetiva e objetiva do empregador .....	616
3.4.	Competência para julgar ações envolvendo acidente do trabalho ....	618

## **Capítulo IX**

<b><i>Aviso-prévio, término do contrato de trabalho, prescrição e decadência .....</i></b>	<b>621</b>
<b>1. Aviso-prévio .....</b>	<b>621</b>
1.1. Estabilidade adquirida durante o período do aviso-prévio .....	624
1.2. Aviso-prévio concedido pelo empregador .....	624
1.3. Aviso-prévio concedido pelo empregado .....	628
1.4. Aviso-prévio no contrato por prazo determinado .....	628
1.5. Reconsideração do aviso-prévio .....	628
1.6. Falta grave no curso do aviso-prévio .....	629
<b>2. Término do contrato de trabalho .....</b>	<b>630</b>
2.1. Resilição .....	631
2.1.1. Proibição da dispensa arbitrária e posicionamento do STF sobre a Convenção 158 da OIT .....	631
2.1.2. Hipóteses de resilição unilateral .....	631
2.1.2.1. Pedido de demissão .....	631
2.1.2.2. Dispensa ou despedida sem justa causa .....	634
2.1.2.3. Programa de Demissão Voluntária (Reforma Trabalhista) – PDV .....	635

	2.1.2.3.1.	Natureza jurídica do PDV .....	635
	2.1.2.3.2.	Eficácia liberatória – regula- mentação anterior à Reforma Trabalhista .....	636
	2.1.2.3.3.	Posicionamento do STF e a força dos instrumentos coletivos .....	636
	2.1.2.3.4.	Eficácia liberatória do PDV – Reforma Trabalhista .....	637
2.1.3.		Resilição Bilateral: Distrato (Reforma Trabalhista) .....	638
	2.1.3.1.	Verbas rescisórias devidas no distrato .....	639
	2.1.3.2.	Projeção do aviso prévio indenizado no dis- trato .....	640
	2.1.3.3.	Saque dos depósitos do FGTS .....	641
	2.1.3.4.	Seguro-desemprego .....	642
2.2.		Resolução .....	642
	2.2.1.	Dispensa por justa causa – art. 482 da CLT .....	643
	2.2.2.	Rescisão indireta (ou dispensa indireta) – art. 483 da CLT .....	649
	2.2.3.	Culpa recíproca (art. 484 da CLT e Súmula nº 14 do TST) .....	653
2.3.		Rescisão .....	656
2.4.		Demais hipóteses de término do contrato de trabalho .....	656
	2.4.1.	Força maior .....	656
		2.4.1.1 Dispensa por força maior durante a pande- mia .....	657
	2.4.2.	Morte do empregador .....	657
	2.4.3.	Aposentadoria .....	658
	2.4.4.	Fato do príncipe ou <i>factum principis</i> .....	659
		2.4.4.1 Fato do príncipe durante a pandemia .....	660
	2.4.5.	Dispensa discriminatória .....	660
	2.4.6.	Término do contrato de trabalho – Pessoa com defi- ciência .....	661
2.5.		Reintegração .....	662
	2.5.1	Estáveis e empregados com garantia provisória de em- prego .....	662
	2.5.2	Dispensa discriminatória (súmula 443 do TST) .....	664
	2.5.3	Dispensa por motivo de saúde (suspensão do contrato de trabalho) .....	665
2.6.		Obrigações decorrentes do término do contrato de trabalho (Reforma Trabalhista) .....	666
	2.6.1.	Extinção da homologação das verbas trabalhistas .....	667

2.6.2.	Recibo de quitação das verbas trabalhistas .....	667
2.6.3.	Forma de pagamento das verbas rescisórias .....	668
2.6.4.	Prazo para cumprimento das obrigações decorrentes da extinção do contrato de trabalho .....	668
2.6.5.	Fim da assistência na rescisão contratual .....	669
2.6.6.	Multa do art. 477, § 8º, CLT .....	670
2.6.7.	Reconhecimento judicial do vínculo de emprego .....	670
2.6.8.	Administração Pública e Massa falida .....	671
2.6.9.	Saque do FGTS e requerimento do seguro-desemprego ....	671
2.7.	Quitação anual de obrigações trabalhistas (Reforma Trabalhista) ....	672
<b>3.</b>	<b>Prescrição e decadência .....</b>	<b>673</b>
3.1.	Prescrição .....	673
3.1.1.	Prazos prescricionais .....	674
3.1.2.	Prescrição total e parcial (Reforma Trabalhista) .....	676
3.1.3.	Causas impeditivas, suspensivas e interruptivas da prescrição (Reforma Trabalhista) .....	679
3.1.4.	Prescrição do FGTS .....	682
3.1.5.	Prescrição do avulso .....	683
3.1.6.	Imprescritibilidade das anotações na CTPS e retificação do PPP .....	684
3.1.7.	Prescrição de ofício .....	685
3.1.8.	Prescrição intercorrente .....	686
3.2.	Decadência .....	688
<b>Capítulo X</b>		
<b>Direito Coletivo do Trabalho .....</b>		<b>689</b>
1.	Introdução .....	689
2.	Princípios específicos de direito coletivo do trabalho .....	690
2.1.	Liberdade sindical .....	690
2.2.	Princípio da autorregulamentação .....	693
2.3.	Limite da negociação coletiva ou princípio da adequação setorial negociada .....	694
2.4.	Princípio da boa-fé ou da lealdade e boa-fé ou da transparência .....	695
3.	Organização sindical brasileira .....	696
3.1.	Sindicatos .....	697
3.1.1.	Divisão dos sindicatos em categorias .....	697
3.1.1.1.	Criação do sindicato com base no porte da empresa (Tema 488 da Repercussão Geral do STF) .....	699

---

3.1.2.	Fundação do sindicato e a Convenção Internacional nº 87 da OIT .....	700
3.1.3.	Livre filiação dos trabalhadores .....	705
3.1.4.	Organização do sindicato .....	707
3.1.4.1	Dos limites da intervenção estatal na organização interna dos sindicatos .....	707
3.1.4.2	Órgãos do sindicato .....	710
3.2.	Custeio do sindicato .....	713
3.2.1.	Contribuição sindical .....	713
3.2.1.1.	Decisão do STF sobre a constitucionalidade da atual regulamentação da contribuição sindical .....	715
3.2.1.1.1.	As alegações de inconstitucionalidade formal da supressão do caráter obrigatório da contribuição sindical .....	716
3.2.1.1.2.	As alegações de inconstitucionalidade material da supressão do caráter obrigatório da contribuição sindical .....	716
3.2.1.2.	Empregados sindicalizados – como fica? .....	718
3.2.2.	Contribuição confederativa .....	719
3.2.3.	Contribuição assistencial .....	719
3.2.3.1.	Forma, tempo e lugar de exercício do direito de oposição (IRDR 1000154-39.2024.5.00.0000) .....	721
3.2.4.	Mensalidade sindical .....	722
3.3.	Federação e confederação .....	723
3.4.	Centrais sindicais .....	724
<b>4.</b>	<b>Negociação coletiva – convenção e acordo coletivo .....</b>	<b>726</b>
4.1.	Prevalência do negociado sobre o legislado (Reforma Trabalhista) ....	728
4.1.1.	Tema 1046 da Repercussão Geral: prevalência do negociado sobre o legislado .....	731
4.2.	Rolexemplificativo de valorização do negociado (Reforma Trabalhista) de valorização do negociado .....	732
4.2.1.	Jornada de Trabalho .....	734
4.2.2.	Banco de horas .....	734
4.2.3.	Intervalo Intrajornada .....	735
4.2.4.	Programa Seguro-Emprego .....	736

4.2.5.	Plano de cargos, salários e funções e identificação dos cargos de confiança .....	737
4.2.6.	Regulamento de empresa .....	738
4.2.7.	Representante dos trabalhadores no local de trabalho ...	738
4.2.8.	Teletrabalho, regime de sobreaviso, e trabalho intermitente .....	739
4.2.9.	Remuneração por produtividade e por desempenho individual .....	740
4.2.10.	Registro de Jornada .....	740
4.2.11.	Troca de dia dos feriados .....	741
4.2.12.	Enquadramento do grau de insalubridade .....	741
4.2.13.	Prorrogação da jornada em ambientes insalubres .....	742
4.2.14.	Prêmios e incentivos .....	742
4.2.15.	Participação nos lucros ou resultados da empresa .....	743
4.3.	Poder Judiciário e controle dos instrumentos coletivos de trabalho (Reforma Trabalhista) .....	744
4.4.	Limites ao negociado (Reforma Trabalhista e Tema 1046 do STF) ...	745
4.4.1.	Rol taxativo de limitação à negociação coletiva .....	750
4.5.	Regras sobre duração do trabalho e intervalos .....	751
4.6.	Dispensa em massa (Reforma Trabalhista) .....	752
4.7.	Requisitos formais da negociação coletiva .....	754
<b>5.</b>	<b>Greve .....</b>	<b>758</b>
5.1.	Introdução .....	758
5.2.	Interesses defendidos na greve .....	761
5.3.	Direitos e deveres dos grevistas .....	762
5.4.	Greve em serviços essenciais .....	762
5.5.	Requisitos para o exercício do direito de greve .....	764
5.6.	Greve no serviço público .....	766
<b>6.</b>	<b>Representação dos empregados nas empresas (Reforma Trabalhista) .....</b>	<b>770</b>
6.1.	Atribuições da Comissão de Representantes de Empregados .....	771
6.2.	Mandato do membro da comissão de representantes do empregado .....	773
6.2.1.	Estabilidade do membro da comissão de representantes ...	774
<b>7.</b>	<b>Direitos e interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos na esfera trabalhista .....</b>	<b>775</b>
	<b>Bibliografia .....</b>	<b>777</b>